

# SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

Construção, interfaces e  
perspectivas no Brasil

Versão Eletrônica  
(PDF)



Norma Valencio  
Mariana Siena  
Victor Marchezini  
Juliano Costa Gonçalves  
(orgs.)

© 2009 dos autores

**Direitos reservados desta edição**

RiMa Editora

Versão Eletrônica

Desenho da Capa: Arthur Valencio

Belerofonte sobre Pégaso matando a Quimera – alusão à escultura datada de 450 A.C..

S681s

Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil / organizado por Norma Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves – São Carlos : RiMa Editora, 2009.

280 p. il.

ISBN – 978-85-7656-165-1 (PDF)

1. Sociologia dos desastres. 2. Vulnerabilidade. 3. Defesa civil. 4. Mudanças climáticas. I. Autor. II. Título.

CDD – 303.4

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

*RiMa*

www.rimaeditora.com.br

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 3372-3238

DEFESA CIVIL NUM CONTEXTO MULTIÉTNICO E  
MULTIRRELIGIOSO: UMA CONTRIBUIÇÃO SOCIOLÓGICA NOS  
CAMINHOS PARA A ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA EM GUINÉ BISSAU<sup>1</sup>

*NORMA VALENCIO*

INTRODUÇÃO

Os diversos povos que compõem a nação guineense, nos dias atuais, constituem, no geral, visões de mundo, discursos e práticas sociais típicos de um modo de vida tradicional. A tradição reafirma-se a cada nova geração através não apenas de processos endógenos de transmissão e assimilação de valores, regras e rituais, mas também quando este arcabouço cultural permite ao grupo, dentre outros aspectos, sobreviver em dado meio familiar e se manter pleno, na realização de sua humanidade, quando reconhece a si mesmo como parte constituinte de uma identidade coletiva.

A experiência de fortalecimento identitário para os diversos grupos sociais guineenses vem resultando em sínteses particulares entre componentes étnicos e religiosos e está incisamente atrelada com as interações estabelecidas em uma base territorial específica a qual, por seu turno, guarda suas características ecossistêmicas próprias. Ocorre que as mudanças climáticas vêm desenhando um cenário pouco auspicioso para a manutenção dos ecossistemas que compõem as paisagens habituais dos territórios onde tais grupos produzem o “seu lugar”, isto é, onde realizam os fixos e fluxos sócio-ecológicos que, em termos materiais e simbólicos, dão sentido identitário ao espaço. Eventos extremos relacionados ao clima são previstos como um fator de ameaça ambiental significativo na Guiné Bissau, capaz de instabilizar os lugares de vivência dos vários grupos sociais e num ponto tal em que o arcabouço cultural da tradição pode, por um lado, ser visto como um recurso pouco válido para gerar respostas adaptativas na mesma celeridade como o contexto adverso vier exigir, suscitando situações coletivas de anomia, como a desesperança e prostração; ou, de outro lado, ser reafirmado ou renovado para compor, a partir do acesso, respeito e reiteração dos fundamentos de sua cultura, novas soluções para os novos desafios que o espaço apresentar.

Os cenários tendenciais produzidos pela comunidade científica indicam, a princípio, o risco de uma baixa capacidade adaptativa de populações humanas de países menos avançados no enfrentamento de fenômenos extremos relacionados ao clima. A pobreza e miséria estruturais e a insuficiência das ações do

---

1. Apoio MCT-CNPq, Programa PROAFRICA.

Estado e fragilidade institucional para refreá-las são os elementos adicionais para eliminar a possibilidade de redução de desastres ou mitigação das perdas havidas. Ambiguamente, os recursos culturais próprios de cada grupo é o acervo onde se procura respostas para a proteção do modo de vida ali estabelecido, face um ambiente natural mais hostil; porém, no contexto sócio-econômico e político envolvente, tais recursos podem ser fatores dificultadores para se encontrar e implantar as soluções devidas numa perspectiva de negociação de sentidos e legitimização de práticas, nos prazos adequados, para garantir que cada grupo mantenha-se naquilo que reconhece como sendo “o seu lugar”, espaço de vivência, de reflexo e de reafirmação da sua identidade coletiva.

Numa interpretação multiescalar de desafios a enfrentar nos países menos avançados e em especial no continente africano, é pertinente considerar a existência de uma sinergia deletéria em que as dificuldades de sobrevivência comunitária conectam-se às dificuldades estruturais da vida social mais abrangente na qual falham, sucessivamente, tanto as políticas de desenvolvimento quanto os pactos de manutenção dos valores democráticos. Poder-se-á incluir, nesta problemática, os potenciais conflitos territoriais devido ao êxodo de populações que, sem acesso aos suprimentos vitais oriundos de seu próprio labor ou do amparo do Estado, se vêem a braços com sua sobrevivência e buscam acessar, em outros lugares – cujas paisagens são compostas também identitariamente -, os recursos naturais e provisões que lhes faltam no lugar de origem. Num contexto de escassez, as estratégias discursivas de contestação dos argumentos do Outro – seja daquele que invoca como legítima sua inserção territorial exclusiva seja do que invoca o direito positivo para merecer, na diversidade cultural, o acolhimento, o abrigo e a permanência em terra estranha – não raro renunciam-se as vontades na busca de consensos e culmina o seu oposto, os conflitos sangrentos, no qual a eliminação física do Outro é visto como a única saída possível para dissipar, ao mesmo durante algum tempo, as ameaças que o estranho representa ao seu próprio grupo.

Na Guiné Bissau, a ocupação humana nas savanas no interior do país, como nas zonas de mangais ou nas porções insulares, e mesmo na zona urbana, denota diferentes processos de territorialização relacionados aos diferentes ecossistemas naturais e construídos. O país se apresenta como um mosaico de paisagens as quais expressam a riqueza cultural da pluralidade de povos que mantêm e/ou reinventam identidades étnicas espacializadas, na conformação singular de seu “chão”. Por outro lado, é um mosaico que tem demonstrado o caráter ainda insuficiente das ações do Estado no atendimento aos mínimos vitais e sociais: a feição dos meios de transporte coletivos, do acesso à água potável e energia elétrica, das estratégias de segurança alimentar e outros indica gargalos de atendimento público que constroem outras iniciativas de alavancagem do desenvolvimento social e nacional.

Mudanças no ambiental natural que venham sujeitar tais grupos à vivência mais constante de situações de escassez de água doce para provimento humano, animal ou das lavouras – seja pelo fato da redução dos caudais no interior do país ou por intrusão de água marinha nas zonas costeiras – além de sujeitá-los

aos riscos de paralisia das pescas artesanais, devido à alteração da rota de cardumes, e riscos à saúde, com o aumento de incidência de pragas e de vetores de doenças associadas à ausência de saneamento, compõem o tripé desnutrição/desidratação/contaminação que requer mais do que ações setoriais. Se nos modos de vida tradicionais, como é característica na Guiné Bissau, as dimensões econômicas e extra-econômicas estão entrelaçadas, a problemática socioambiental acima referida – apresentando desafios relevantes que integram o mundo do trabalho, as condições sanitárias e de saúde, a segurança alimentar, as fontes de energia e outros (INEP, 1987) – revelar-se-á como fonte de crises multidimensionais: recorta a vida de indivíduos, de famílias e de comunidades inteiras, exigindo das esferas político-institucionais um projeto nacional para seguir em frente de forma coesa. Como uma provável vulnerabilidade extensiva aos vários grupos que compõem a nação, o referido tripé passa a exigir a montagem de uma densa política nacional de proteção civil, incluindo nessa política a montagem de estratégias para que quadros nacionais estejam muito rapidamente preparados para encontrar soluções endógenas ou mediar e controlar a recepção de assistência humanitária internacional se porventura isso se fizer necessário (GOVERNO DA GUINÉ BISSAU, 2006). Dito de outra forma, a eventual necessidade de auxílio externo não precisa significar, aos olhos da nação e dos agentes externos, perda de governabilidade. Havendo vontade política, o ente público, mesmo quando as provisões internas falham, pode, ainda assim, dotar-se de mecanismos para listar as carências e comunicá-las a um potencial provedor; saber como organizar as provisões que chegam e orientar como fazê-las chegar ao destino e às populações certas no menor tempo possível; proceder a evacuações rápidas; combater pragas; reabilitar contingentes humanos desabrigados com montagem eficiente de abrigos temporários; recuperar, identificar e remover corpos quando isso for necessário; dentre outros.

Uma vez que falhe a idéia de controle sobre possibilidade de um ajustamento adequado aos fatores limitantes do ambiente natural – no geral, na ineficácia de adoção de comportamentos coletivos preventivos frente às ameaças de escassez de recursos -, medidas de proteção civil no nível na ajuda humanitária passam a ser requeridas.

O contexto ambiental sinalizado pelo quarto relatório do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC) e, no nível nacional, pelo Programa de Ação Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas (NAPA/GB), é pouco auspicioso quanto à possibilidade de favorecimento do clima na manutenção de meios e modos de vida que, na África Ocidental e nas diversas regiões do país, dependam de recursos naturais como a água doce, as pescas, a agricultura, a pecuária, dentre outros. Ao contrário, cenários de escassez de fontes de abastecimento hídrico, com fuga dos pescados, quebra de safras, pragas, dentre outros, é o que tendem a se cumprir.

Ocorre que o NAPA/GB, em sua versão atual, ainda não conseguiu envidar esforços para delimitar adequadamente as ocupações humanas que, na nação guineense, se referem a identidades territorializadas. Por conseguinte, os vieses étnicos e religiosos que perpassam as representações coletivas dos fenômenos

ambientais e as praticas sociais correspondentes na produção social do lugar ainda são pouco sabidos pelo poder publico a fim de fazer face às singularidades das demandas locais que serão feitas no suporte externo na manutenção da sobrevivência e reprodução coletiva no local. Os fenômenos de etnicidade tendem a gerar, de um lado, processos de coesão social entre os que se consideram iguais, mas isso, não raro, a subverter a assimilação e acomodação dos princípios do direito positivo que conferem igualdade a todos no seio de uma mesma nação (CARDOSO e AUGEL, 1996). Uma vez o desconhecimento de tal processo pelas autoridades, a ajuda externa, se e quando vier, tende a ser insuficiente ou insatisfatória para os diversos grupos étnicos, induzindo processos de desterritorialização e reterritorialização, esses últimos passíveis de engendrar conflitos pelo direito ao “chão”, conflitos que podem ceifar mais vidas humanas, em especial de subgrupos mais vulneráveis, como de crianças, idosos e mulheres de etnias ou religiões sujeitas à discriminação e preconceito.

Vai daí, a necessidade de uma ação premente de cartografização da ocupação social do território guineense que, tendo em conta as especificidades culturais da produção do espaço, nos fluxos e fixos significativos das diversas comunidades, joguem luzes sobre as medidas de proteção civil que, nos próprios termos culturais de cada grupo, sejam requeridas tanto para garantir sua manutenção no lugar onde está estabelecido quanto apontem para os mecanismos de negociação necessários para compor estratégias de deslocamento e reassentamento legítimas ante o meio social macroenvolvente.

É sabido que a inserção involuntária de um grupo étnico num território onde vigora direitos consuetudinários que dão precedência de fixação a outro grupo tende a incitar processos de discriminação e preconceito, elevando o nível de intolerância social a termos agudos se os recursos de sobrevivência tendem a ser cada vez mais limitados. Assim, soluções de deslocamento mal negociadas e gerenciadas tendem a gerar um quadro de crise humanitária ainda pior no momento subsequente.

## **1. A PROBLEMÁTICA GUINEENSE: SÍNTESE DE UM DEBATE RECENTE**

Ao analisar as relações entre tradição e modernidade na Guiné Bissau, Silva (2000) conclui que o desenvolvimento não precisa necessariamente opor-se à tradição, pois podem ser aliados. Tal aliança seria bem vinda para, dentre outros, superar-se o processo de modernização conservadora que, tanto neste país quanto em outras nações africanas, vem levando à recorrência da adoção, por parte dos que conseguem uma mobilidade ascendente na estrutura social, de condutas individualistas e insensíveis à miséria alheia. Tais condutas, que deixam submergir a história recente de libertação – que vivenciou bombardeios de napalm, tiveram seus campos de arroz queimados, pessoas e rebanhos mortos impiedosamente e portos destruídos, fios telegráficos cortados (cf. SILVA, 2000) – podem ser similares à indiferença social frente aos impactos dos eventos extremos relacionados ao clima. Assim, explicitar esse comportamento social alienador é parte constituinte da análise sociológica que articula afluência e sofrimento coletivo numa figuração de subalternidade e preconceito que

precisa ser conscientemente enfrentada visando sua superação por um estágio superior de sociabilidade.

Fraqueza e fracasso parecem ser, segundo Munanga (2007), os traços da história do continente africano: desde o tráfico de pessoas à colonização, passando pela vitimização pelo racismo e subalternidade na escala da Sociedade-Mundo, as nações africanas vivem sucessivos entraves para gerir a coisa pública, de acordo com os interesses de seus povos. Até aqui, reconhece Kofi Annan (cf. Munanga, 2007), a ONU na África granjeou sucessivas derrotas e testemunha uma catástrofe humanitária, com dezenas de conflitos armados e provocando mais de oito milhões de refugiados e um imenso deslocamento das pessoas.

Conflitos não são uma excepcionalidade na vida e na ordem social. Embora se saiba que as disputas fazem parte da ordem social, é preciso compreender sociologicamente quais são suas regularidades, e as regras que permitem apaziguá-los, fazendo a síntese possível num dado momento, e como as intolerâncias são revitalizadas ou amainadas. No contexto guineense, o certo é que o Estado foi desenhado com o aporte da autoridade tradicional na consolidação de um projeto nacional no imaginário coletivo (KLUTE, 2008), o que não é diferente do que ocorre presentemente e do que deve ocorrer nos anos futuros, em que a autoridade tradicional tem o potencial para dar as referências mínimas de conduta e representação do mundo num percurso de coesão ou de conflito em torno da afirmação de um grupo (ou dos vários) e suas necessidades.

Não se pode falar em proteção civil sem reportar à necessária garantia dos direitos humanos, pois os direitos humanos, reporta Archer (2006), remetem à manutenção da dignidade humana e são a base para o *corpus* de uma instituição que pretenda tanto amoldar perícias técnicas na redução da vulnerabilidade quanto no controle possível de fatores severos de ameaça. A proteção civil que é lastreada num compromisso com a cidadania de seu povo não se deixa, tal como no caso da institucionalização de compromissos com os direitos humanos, se levar por valores alienígenas, estrangeiros aos costumes locais e arbitrários frente aos clamores sociais. Sua legitimidade depende de como os cidadãos identificam-se com as normas a serem propostas e consolidadas e, nesse sentido, retoma Archer (2006), os profissionais de governança e desenvolvimento devem procurar formas de atrair a estrutura conceitual dos direitos humanos onde quer que possam, quando buscarem reforçar a capacidade de desempenho institucional, pois tais direitos são quem constrói, na legitimidade política e democrática, uma mudança sustentável. Daí porque, a escuta ativa aos grupos mais vulneráveis socialmente não é um preciosismo, mas a virtude de uma proposta dita como uma ação em busca da sustentabilidade. Archer (2006), novamente, retoma: o teste definitivo do compromisso [com os direitos humanos] é o de que o grupo mais esquecido e mais oprimido se sinta ouvido e considerado e que a sociedade inteira prospere, nenhum grupo em favor de si e à custa do Outro. Ou, recuperando Flores (2007), quando reporta a Amílcar Cabral, “Sabemos também que, no plano político, por mais bela e atraente que seja a realidade dos outros, só poderemos transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto e nos nossos esforços e sacrifícios próprios” (FLORES, 2007, p.115). É o desafio primordial de justiça (ARCHER, 2006).

Nessa mesma perspectiva, Martin (2006) retoma algumas das assertivas de Julius Nyerere, proferida em 1968, em Nairóbi, que reportam o fato que as pessoas não podem ser desenvolvidas senão se desenvolver por si próprias, assim como não há liberdade que possa ser concedida, mas algo que tenha que florescer no âmago do povo e *conditio sien qua non* para um desenvolvimento que beneficie extensivamente os cidadãos. A engenharia social que torne o desenvolvimento mantenedor da liberdade e a liberdade garantidora do desenvolvimento (cf. Martins, 2006) é a que permite que a diversidade tenha existência em condições de igualdade de expressão na vida social e política da nação.

## 2. CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA EM GUINÉ BISSAU

Em visita científica realizada em maio de 2008, realizada sob os auspícios do CNPq no âmbito do Programa PROAFRICA e sob supervisão do Núcleo de Mudanças Climáticas da Direção Geral do Ambiente da República da Guiné-Bissau, foi possível consultar lideranças cristãs e muçulmanas nacionais sobre o entendimento de seu papel na mediação com as diversas comunidades para favorecer a coleta de informações visando a adoção de medidas de proteção civil em caráter preparativo aos eventos extremos prognosticados. Essa mediação revela-se importante na medida em que a trajetória de interação social das lideranças religiosas com os diferentes grupos étnicos tem, na Guiné Bissau, um forte componente de assistência social diante o sofrimento social persistente e ausência ou ineficácia dos serviços públicos que garantam a dignidade mínima da pessoa humana.

Na interlocução havida na ocasião, culminou o consenso de tais lideranças na pertinência da realização de uma cartografia da vulnerabilidade socioambiental da ocupação humana do território guineense, levando em conta os vieses étnicos e religiosos, em relação à qual se identificaria as propostas locais de ações de proteção civil tal como é necessário para a implementação do Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas.

Tal cartografização levaria em conta, a saber:

- a) os aspectos de utilização dos recursos naturais que estão ameaçados pelos eventos extremos na manutenção do modo de vida de cada grupo no seu processo de territorialização;
- b) as dimensões intergeracionais, de gênero e de necessidades especiais (pessoas com deficiência ou redução da mobilidade) tanto no que concerne à vulnerabilidade quanto às recomendações de proteção civil;
- c) a narrativa, oriunda do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), dos atributos simbólicos na produção social do lugar que se expressem por meio dos mapas comunitários, das maquetes interativas e dos relatos orais. Tal narrativa assenta os argumentos que ampliam ou restringem a mobilidade espacial do grupo, permitindo a construção de cenários de conflitos referente às disputas territoriais.

Uma boa proteção civil implementada no seio da nação é aquela que, em última instância, contribui para a paz social. O contexto presente de fragilidade institucional guineense, que culminou, no início de 2009, na execução sumária do Chefe de Estado e na seqüência, na convocação de um processo eleitoral, com múltiplos candidatos, faz crer na necessidade do estabelecimento de novos pactos de confiança da sociedade civil com o Estado e do Estado com a sociedade civil na busca de legitimidade de suas ações.

Coelho & Saraiva (2004) lembram que a paz e o desenvolvimento guardam íntima associação, mas nenhuma sociedade está condenada ao conflito. Um sinal de que não se pode crer que naturalmente haverá o retorno à situação de normalidade político-institucional e, ao contrário disso, trata-se de uma consciente e persistente vontade social, foi o Encontro de reflexão e concertação denominado “Que campanha eleitoral queremos”, ocorrida em 5 e 6 de maio p.p., sob os auspícios do PNUD, na qual três temas foram eleitos prioritários para a nação, a saber:

- 1) Unidade na diversidade;
- 2) Reconciliação Nacional;
- 3) Paz e Desenvolvimento.

Dentre outros representantes da sociedade civil que, após intensos debates, foram escolhidos para dinamizar a atividade cívica durante a após o processo eleitoral, encontram-se as Instituições Parceiras nesta proposta: o Conselho Superior Islâmico, o Conselho Nacional das Igrejas Evangélicas e a Diocese de Bissau (COMISSÃO ELEITORAL DE ELEIÇÕES, 2009).

Lechini (2008) lembra que o Brasil tem demonstrado empenho para oferecer apoio às nações africanas através de missões de natureza variada, embora em última instância, se debruce no interesse da manutenção da paz. Missões de pacificação, de equipe médica, de observadores militares, objetivando desde a preservação mínima da saúde ao controle de movimentos ilegais de pessoas e material bélico, foram próprios deste país em Angola, Ruanda, Uganda, dentre outros. De outra parte, Guimarães (2004) afirma que as relações do Brasil com a África, em especial com os países de língua portuguesa, é prioridade do governo brasileiro. Isso torna a contribuição científica do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos um dentre os vários parceiros brasileiros naturais que, no mesmo espírito, visam disponibilizar sua expertise em gestão de desastres objetivando maior capacitação dos membros da equipe técnica guineense e, de outro lado, estimular os sujeitos tradicionais envolvidos a perseverar, numa hermenêutica diatópica, na interação propositiva numa Cultura de Paz.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Espera-se que a adoção de uma cartografia da vulnerabilidade socioambiental e das recomendações de proteção civil possam, nas suas especificidades étnico-religiosas, permitir uma maior valorização dos saberes tradicionais na

formulação de políticas públicas em nível nacional. Isso significa um autêntico “diálogo de saberes” (cf LEFF, 2003) no qual a construção de instituições modernas na Guiné-Bissau, ao invés de descartar, assenta-se no valor da história multicultural de seu povo, como povos que reafirmam suas identidades e, contudo, marcham conciliados em torno de um projeto nacional.

Ao se configurar as interações socioambientais de cada grupo e as limitações que os fenômenos climáticos poderão gerar nos seus respectivos modos de vida delinea-se um caminho de analítico para a compreensão das especificidades sócio-culturais de medidas de redução ou mitigação da vulnerabilidade social o que subsidia a possibilidade de integração, com base no respeito ao atributo da diversidade cultural e socioambiental, das ações locais, regionais e nacionais de proteção civil.

A diversidade das crenças religiosas e das práticas assistenciais que o animismo, o Islã e as denominações cristãs imbricam e propagam no saber o no fazer da nação guineense é um fator da mais alta importância para entender a tessitura cotidiana do provimento dos mínimos vitais e sociais de cada comunidade, razão pela qual o Conselho de Anciãos, Islâmico, das Igrejas Evangélicas e Diocese são sujeitos da produção de regras cotidianas para a manutenção de uma concepção comum de direito à vida e à paz que, se subsistir como baliza para um ambiente de diálogo, é o passo necessário para o desenvolvimento que esta nação exige.

## REFERÊNCIAS

- ARCHER, R. Os pontos positivos de diferentes tradições: o que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento? SUR: **Revista Internacional de Direitos Humanos**, Rede Universitária de Direitos Humanos, São Paulo, n. 4, ano 3, p. 81-89, 2006.
- CARDOSO, C. e AUGEL, J. **Transição democrática na Guiné Bissau**. INEP: 1996.
- COELHO, P.M.P. & SARAIVA, J.F.S. Painei I: Inserção estratégica da África no Cenário Internacional. In: COELHO, P.M.P.; SARAIVA, J.F.S. (orgs). **Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004. p.65-7.
- COMISSÃO ELEITORAL DE ELEIÇÕES. **Resolução e Recomendações Finais**. João Landim: PNUD, 2009.
- FLORES, E. Impressões da África: olhar para trás, apressar o futuro. In: SUCUMA, Arnaldo; CHAVES, E. **Caminhos para o desenvolvimento: convênios e saberes para o século XXI**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p.105-125.
- GOVERNO DA GUINÉ BISSAU. MINISTÉRIO DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE. **Programa de acção nacional de adaptação às mudanças climáticas**. Bissau: PNUD, 2006.
- GUIMARÃES, M. P. Secretário-Geral das Relações Exteriores no Brasil. In: COELHO, P.M.P.; SARAIVA, J.F.S. (orgs). **Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004. p.39-40.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. **Problemática do Meio Ambiente em alguns Países Africanos**. Seminário PNUMA/MDRP/INEP. C. Lopes (coord), 1987.
- KLUTE, G et al. Local experiences of conflict management. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Experiências Locais de Gestão de Conflitos. **Revista Soronda**, Número Especial, Bissau., p. 15-33. 2008.
- LECHINI, G. **O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty**. Nueva Sociedad, outubro 2008. Buenos Aires. p.55-71.

LEFF, E. A Geopolítica da Biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável: Economização do Mundo, Racionalidade Ambiental e Reapropriação Social da Natureza Natureza. In: Martins, R. C.; FELICIDADE, N (orgs). **Uso e Gestão de Recursos Hídricos no Brasil**: desafios teóricos e político-institucionais. São Carlos: RiMa Editora, 2003, p. 1-20.

MARTIN, J. P. Releitura do Desenvolvimento e dos Diretos: lições da África. SUR: **Revista Internacional de Direitos Humanos**. Rede Universitária de Direitos Humanos, n. 4, ano 3, São Paulo, p. 91-101, 2006.

MUNANGA, K. O Subdesenvolvimento e as Desigualdades Sociais no Continente Africano. In: SUCUMA, A.; CHAVES, E. **Caminhos para o desenvolvimento**: convênios e saberes para o século XXI. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p .85-103.

SILVA, D.M. **Por entre as dórcades encantadas**: os bijagó da Guiné Bissau. São Paulo: Editora Terceira Margem, 2000.